



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

Padrões de Respostas das questões dissertativa do Exame de Seleção (Doutorado Profissional) – Turma de 2022

1. Considerando o disposto no Edital 05/2022-PPGGP, a Comissão Permanente de Seleção torna público os modelos de respostas das questões do exame de seleção do Processo Seletivo para ingresso no Doutorado Profissional – Turma 2023.
2. Conforme Edital a previsão da divulgação das notas é dia 24/10/22.

Questão 1. Segundo Milton Santos (1993), como o território brasileiro se encontra a partir do movimento de urbanização e da expansão capitalista no campo? Qual a relação que o autor faz entre os espaços urbanos e os espaços agrícolas?

Padrão de resposta

O autor procura traçar as relações entre urbano e rural a partir do processo de urbanização, compreendendo que esse processo não é puro, mas multifacetado. O autor propõe que sua interpretação é uma alternativa à corrente dualista que divide o Brasil em áreas urbanas e rurais.

Segundo Milton Santos o território brasileiro se encontra dividido em espaços agrícolas e espaços urbanos. O autor analisa as relações estabelecidas entre elas:

- As regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades;
- As regiões urbanas contém atividades rurais;

O autor admite que essa subdivisão de país em Brasil Urbano e Brasil Agrícola somente tem validade como generalização, pois existem muitas especificidades nos diversos subespaços. O critério de distinção deveria ser muito mais as relações realizadas sobre os respectivos subespaços.

O Brasil Agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado pelas cidades que abrigam atividades ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem dessas atividades. Nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano.

Já o Brasil urbano tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. Nas regiões urbanas são essas atividades que comandam a vida econômica e social do sistema.

Na situação socioeconômica do Brasil, as cidades preexistentes, povoados mais ou menos antigos, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, tanto no consumo das famílias quanto no consumo produtivo (relacionado às atividades agrícolas) - áreas agrícolas contêm cidades adaptadas às suas demandas;

Quanto às cidades com dimensões maiores, elas utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração para atividades agrícolas modernas e para o consumo da respectiva população - aponta que as regiões metropolitanas são o melhor exemplo deste fenômeno.

O autor aponta dois problemas que parecem impor-se:

A diferença de situações entre, de um lado, regiões economicamente mais desenvolvidas do País (aquelas onde o meio técnico-científico se afirma mais fortemente) e, de outro, as regiões deprimidas. Nas regiões deprimidas os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é praticamente inexistente, e deste modo a vida de relação é próxima do tradicional, atrás da conhecida dicotomia rural-urbano. Outro problema é o de saber a partir de que tamanho urbano pode-se falar em região urbana. A resposta a essa questão não se trata apenas de uma questão quantitativa, mas as diferenças de desenvolvimento regional terão também influência na definição deste fenômeno. O caso das regiões metropolitanas são cidades que interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade de infraestruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão de trabalho mais acentuada do que em outras áreas.

Questão 2. A partir do contexto da integração territorial e econômica brasileira apontado por Milton Santos, disserte sobre como o desenvolvimento do meio técnico-científico foi pano de fundo para o processo de diversificação e complexidade na urbanização do Brasil e como esse fenômeno gerou muitas das profundas diferenças regionais existentes no país.

Padrão de resposta

O(a) candidato(a) deve abordar os seguintes tópicos:

A especialização do território é também socioeconômica.

A especialização do território é a raiz de uma nova geografia regional.

Tecnosfera e psicosfera.

Diversificação do território: o lugar, o campo e a cidade

Complexidade: o trabalho e o consumo

Organização territorial brasileira e as profundas diferenças regionais: falta de integração e fluidez do território

Questão 3. Ref. S. Cabello, “El camino de desarrollo de las ciudades inteligentes: una evaluación de Bogotá, Buenos Aires, Ciudad de México y São Paulo”, Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/86), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.

As cidades concentram poder econômico, político e administrativo e constituem espaços estratégicos para que as sociedades da América Latina e Caribe (ALC) possam alcançar o desenvolvimento sustentável (MONTERO et al, 2017). A Agenda 2030 que cunhou os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) tem dentre eles um objetivo especificamente urbano na agenda internacional de desenvolvimento: o objetivo 11, que é fazer com que as cidades sejam mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Há muitos avanços de novas tecnologias aplicáveis a diversos segmentos, tais como, transporte e logística, eficiência energética, plataformas digitais de serviços, inovação social e participação cidadã. E, a aplicação de tais tecnologias para obter incremento na produtividade urbana com inclusão e sustentabilidade requer uma eficiente articulação de políticas públicas, planejamento e gestão de infraestrutura. A partir do trabalho de Cabello (2022) se investigou as estratégias implementadas nas quatro maiores metrópoles da ALC (São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires e Bogotá), identificando os avanços e os desafios no processo de desenho de políticas públicas e governança para transformar tais metrópoles em cidades inteligentes. A partir desse trabalho RESPONDA:

Comente o desenho de políticas públicas e a governança em cidades inteligentes a partir dos seguintes aspectos: organização e preparação institucional, infraestrutura de conectividade e a aplicação de tecnologias e soluções.

Padrão de Resposta

Considerando que cidade inteligente é uma região que gerencia seus recursos tendo a inovação e a sustentabilidade como eixos transversais para oferecer melhores serviços e atender às demandas cidadãos atuais e futuras. E, que possui seis características principais, a saber: (i) gera integração por meio da transparência de informações da gestão pública, (ii) otimiza recursos, (iii) utiliza indicadores de desempenho para medir, comparar e melhorar as políticas públicas, (iv) foca na satisfação do cidadão, (v) foca na eficiência de processos governamentais e (vi) incentiva maior participação da sociedade civil na gestão pública. Podemos ainda simplificar esta noção e compreender o uso das TICs para gerenciar, de forma mais eficiente, os recursos públicos, sob uma gestão transparente e participativa. A partir dessa noção, o autor avalia três níveis de maturidade na região (ALC) em termos de processo de digitalização, a saber:

Nível 1: Cidades Líderes: Tem planejamento estratégico de implementação por etapas e um organismo líder de transformação digital. Por plataforma, contam com

uma gestão aberta e transparente, colocando a gestão de dados aberta ao cidadão para favorecer o desenvolvimento social e produtivo, coordenados com as metas nacionais. Há 4 cidades na ALC neste nível: Buenos Aires, Ciudad de México, São Paulo e Bogotá, mas que apresentam distintos padrões de desenvolvimento e trajetórias de cidades inteligentes.

Nível 2: Cidades em Processos de Digitalização: Foca na resolução de temas pontuais (segurança pública e energia renovável), sem metas preestabelecidas ou autoridade local líder no processo de digitalização. Geralmente o processo de digitalização ocorre por meio de parcerias público-privadas ou organizações privadas em fins lucrativos.

Nível 3: Cidade de Digitalização Incipiente Baixo desenvolvimento de medidas de governo digital/ aberto e participação cidadã. O cidadão colabora em identificar obstáculos que a cidade deve superar para converter-se em cidade inteligente.

Analisando o desenho de políticas públicas e a governança a partir de três aspectos, destacamos:

1. Organização e Preparação Institucional: Este aspecto compreende a governança e a gestão do governo inteligente, com apoio de dados e evidências; e como se implementam os projetos com novas tecnologias digitais, execução e coordenação interna e/ou externa. Para implementar novas tecnologias digitais na gestão da cidade, é necessário ter uma governança que facilite a incorporação e gestão de tais tecnologias, sendo desejável uma instituição pública que lidere tais processos de digitalização governamental. Para tanto, esta instituição deve gerenciar políticas, normas e regulações para o desenvolvimento de cidades inteligentes, formar constantemente servidores, coordenar políticas digitais nacionais para harmonizar procedimentos, impulsionar o setor privado para ser um aliado no desenvolvimento de soluções tecnológicas e manter constante contato com o cidadão e com o setor privado para desenhar as políticas públicas (por meio de mecanismos de consulta, participação e colaboração, tais como, portais web e canais chat) para que os projetos atendam efetivamente às demandas cidadãs. As 4 cidades analisadas possuem governos dedicados a uma área de inovação cuja missão é impulsionar e trabalhar de forma transversal com diversas áreas governamentais, tais como: transporte, saúde, meio ambiente, segurança e desenvolvimento produtivo, sendo a coordenação interna transversal necessária e com expressivos desafios (como orçamentários e prioridade de tais projetos digitais dados seus riscos; barreiras regulatórias prescritivas e antigas e falta de guias para coisas novas). Em termos de planejamento, cabe aos governos explorar os dados que possuem no sentido de explorar mais valor desses dados podendo, por exemplo, ser por meio de uma arquitetura de dados em laboratórios transversais. A política de dados deve funcionar como elemento articulador de estratégias de transformação, definindo desde o

alcance, a direção, as responsabilidades e os procedimentos. As estruturas institucionais devem trabalhar transversalmente e ter mais efetividade por meio da colaboração e compartilhamento de dados de cada setor. Os indicadores auxiliam para avaliar o desempenho e direcionar as políticas a serem implementadas. O trabalho mais próximo à iniciativa privada com também ser para a sociedade civil um governo que trabalha com efetividade, equidade e transparência dará mais credibilidade às ações dedicadas aos projetos governamentais digitais.

2. Infraestrutura de Conectividade: Este aspecto explica o estado da cidade em termos de cobertura e acesso a internet como outras variáveis relacionadas ao abastecimento interno de projetos próprios e interação com empresas que oferecem serviços de conectividade. As redes de banda larga são fundamentais para garantir o acesso à internet em toda a infraestrutura pública e aos cidadãos que façam uso dos espaços públicos (redes de fibra óptica ou 4G avançado e eventualmente 5G). Esta infraestrutura pode ser uma combinação de diferentes tecnologias de rede de dados, com transmissão via cabo, fibra óptica, redes inalámbricas, modalidade de prestação de serviços públicos e/ou privados; Ambos modelos devem atuar de forma complementar. A rede deve ter os seguintes atributos: disponibilidade, integridade, confidencialidade (proteção de dados pessoais) e responsabilidade (gestores e usuários devem ser responsáveis por seus atos). Os dados possibilitam antecipar acontecimentos futuros e apoiar o desenvolvimento de novos serviços e/ou políticas públicas. Cabe ao governo local criar as regras para estabelecer a infraestrutura e a gestão da conectividade, sendo as barreiras administrativas as mais frequentes atuando como limitantes ao desenvolvimento das TICs. A autonomia local para instalação de antenas e redes de fibra óptica podem não coincidir com os mesmos incentivos e objetivos dos reguladores nacionais. Para tanto, cabe trabalhar em conjunto para harmonizar os padrões e requisitos evitando ser uma carga burocrática a mais. Além disso, neste aspecto se destacam sensores e câmeras com foco na videovigilância pública, computação na nuvem, gestão de dados (dados abertos) e uso de tecnologias do tipo inteligentes (inteligência artificial e internet das coisas para gerenciar tráfegos, segurança, saúde e etc. como também para oferecer serviços públicos). Continuamente as cidades devem pensar a longo prazo e não focar em pequenas soluções tecnológicas. Por exemplo, ao invés de trocar as luminárias dos postes por LED, pensar em fibras que integrem todos os postes. Dessa forma, deve-se investir na conectividade para apoiar o crescimento dos ativos públicos bem como estimular alianças público e privada para maximizar o valor social dos investimentos.

3. Aplicação de Tecnologias e Soluções: Neste aspecto, se analisam como se introduzem novas tecnologias e soluções para melhorar a gestão e atenção ao cidadão inteligente com foco nas seguintes áreas: mobilidade e tratamento de resíduos, eficiência energética, contaminação e clima, vigilância e governo aberto. Em termos de políticas públicas, após definir as iniciativas que se desejam trabalhar,

devem ser definidas as tecnologias mais apropriadas e sustentáveis. Neste sentido, as iniciativas de governo aberto (aplicativos para oferta de serviços públicos e tecnologias na gestão pública como o SEI no Brasil), avanços na infraestrutura de telecomunicações e o foco nos centros de dados são preferências comuns aos avanços tecnológicos. E, por fim, estamos mirando as cidades pólos, mas à medida que elas se modernizam tecnologicamente e se desenvolvem de forma sustentável, se distanciam das demais cidades menos prósperas economicamente, sendo um desafio pensar nas próximas conexões entre ambos territórios.